JUSTIÇA FEDERAL DIGITAL

Ano 7 - Número 289 - Novembro/2014

Diretor do foro abre Semana Nacional de Conciliação na 2ª Região

O diretor do foro da Justiça Federal do Espírito Santo, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, e a juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, convocada ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC), que também representava o diretor do Núcleo, desembargador federal José Ferreira Neves Neto, abriram, em solenidade realizada na segunda-feira, 24, na sede da Justiça Federal, em Vitória, a Semana Nacional de Conciliação na 2ª Região. O evento contou com a participação de juízes federais e representantes dos órgãos colaboradores que participam da Semana Nacional, além de servidores e usuários.

"Eu queria dar boa tarde a todos os colegas e advogados aqui presentes e dizer que eu espero, na verdade, que um dia não seja mais necessário fazer mutirão. Que todas essas questões possam ser resolvidas na Caixa, nos Correios...", declarou **Fernando Mattos**. O magistrado deixou também uma palavra para os senhores e as senhoras que ali estavam para as audiências de conciliação: "A Justiça não está aqui para falar. Estamos aqui para ouvir os senhores. Espero que tenham sucesso e, se não for possível a conciliação, eu tenho certeza que os juízes vão estar preparados para, depois, num prazo razoável e rápido, proferir as sentenças, resolver essa situação em definitivo. Então, saudando todos os presentes, eu agradeço. Muito obrigado."

"Melhor para você"

Cristiane Conde Chmatalik, por sua vez, assegurou que "não há necessidade mais de nós fazermos uma Semana Nacional de Conciliação. Na verdade, nós temos conciliação o ano todo". "Hoje há toda uma política conciliatória. As entidades estão muito presentes, elas nos auxiliam. As partes, tanto os autores quanto os réus, tanto as pessoas particulares que entram (com processo) no juizado, quanto as entidades rés, todos estão muito voltados para essa política conciliatória. Já se percebeu que, sem conciliação, não há solução para o Poder Judiciário. Os advogados também têm muito nos auxiliado nisso, porque eles também perceberam que é melhor um péssimo acordo do que uma ótima demanda". A magistrada encerrou com o lema da campanha deste ano: "conciliar é bom para todos, melhor para você".

A coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon) da Justiça Federal do Espírito Santo, juíza federal **Aline Alves de Melo Miranda Araújo**, afirmou que a Semana Nacional de Conciliação "é a coroação" do que vem sendo feito durante o ano todo no Espírito Santo e "motivo de muito orgulho para nós". "Na verdade, a nossa atividade é permanente, seja nessas conciliações pré-processuais que a gente faz com a Caixa (Econômica Federal), seja em outras questões que a gente marca pontualmente aqui, durante o ano inteiro", disse a juíza.

Celebração

O gerente regional do jurídico/Vitória, da Caixa Econômica Federal, **Wagner Freitas Ramos**, também presente ao evento, enalteceu: "Essa Semana Nacional de Conciliação, pra nós, da Caixa Econômica, é uma celebração, um brinde, a um projeto, a uma iniciativa que se consolidou ao longo deste ano aqui nesta Seção Judiciária, em que a conciliação se fez presente em todos os momentos, principalmente na relação da Caixa Econômica com o Juizado Especial Federal. Eu digo isso porque, semanalmente, a Caixa está presente aqui na sala de conciliação pré-processual. Um projeto que foi abraçado pela Dra. Cristiane, pelo Dr. Fernando Mattos. Semanalmente a Caixa está aqui fazendo acordos, findando processos no seu nascedouro, liminarmente". Concomitantemente, a Caixa também está nos carinhosamente chamados 'mini-mutirões', que ocorrem durante o ano, com processos que ultrapassam a barreira da conciliação pré-processual. "Para a Caixa Econômica, conciliar também é um negócio", destacou Wagner Ramos.

Trabalho conjunto

Já o consultor jurídico dos Correios no Espírito Santo, **Marcelo Rodrigues Lanzana Ferreira**, contou que a participação na Semana Nacional de Conciliação e nos mutirões aproxima o órgão da Justiça Federal e auxilia na descoberta dos maiores problemas pelos quais a empresa está passando. "Numa audiência de conciliação a gente sabe qual foi a falha que a empresa teve e com isso passa para as gerências competentes, para a gente melhorar o serviço e evitar que casos como esse ocorram futuramente". Segundo ele, hoje, a empresa "tem poucos processos" a conciliar, devido ao trabalho que é feito em conjunto com o 2º Juizado Especial Federal. Lá "nós temos conciliação quase toda semana", com "um êxito de conciliação por volta de 80 a 90%. Os processos acabam sendo bem céleres tanto para a empresa quanto para o cliente que entra com a reclamação". Ainda segundo Marcelo Ferreira, os Correios estão finalizando uma política de conciliação para o país todo.

Iniciativa

A Semana Nacional de Conciliação é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça e ocorre em todo o país, em todos os ramos da Justiça. A Justiça Federal do Espírito Santo participa com audiências realizadas entre os dias 24 e 28 de novembro, sempre a partir das 13h, em Vitória, além de no dia 27 de novembro, na sede da Vara Federal de São Mateus.

Este evento é uma realização em conjunto do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, através do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região; da Seção Judiciária do Espírito Santo, através de seu Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CESCON); em parceria com as Varas Federais e os órgãos colaboradores.

Des. federal Ferreira Neves ressalta caráter pedagógico e pacificador da conciliação

O diretor do Núcleo Permanente de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC), desembargador federal José Ferreira Neves Neto, veio ao Estado esta semana acompanhar a Semana Nacional da Conciliação em Vitória/ES.

Em entrevista ao Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS), o magistrado contou que, num evento realizado recentemente no Conselho da Justiça Federal, em Brasília, declarou com orgulho que "temos, na 2ª Região, o núcleo de conciliação em pleno funcionamento, com um nível de acordos e realizações já bastante significativo".

Disse que, na ocasião, acentuou o que ele chama de "fase pedagógica desse tipo de conciliação", "que faz com que as pessoas aprendam a administrar elas mesmas os seus interesses, conseguindo, com isso, a re-

solução de conflitos da forma mais satisfatória possível. Porque a gente sabe que a sentença, por melhor que seja, sempre tem restrições, sempre tem sua parte negativa, no sentido do tempo que foi preciso para a sua prolação e tudo mais."

O juiz como pacificador

Ferreira Neves ressaltou ainda a questão da pacificação, da resolução de conflitos. "Eu digo sempre: as audiências de conciliação são meios de pacificação, porque a função fundamental do juiz, justamente naquela parte em que ele entra como conciliador, é mais do que resolver o conflito por meio da lei: é pacificar. Essa para mim é a parte mais bela da magistratura, que é justamente essa vocação para trazer a paz. Não só é algo institucional, como cristão também. O juiz, de certa forma, faz esse trabalho de pacificação".

Walter Frassi Jr., Ilda Bonicenha Frassi, Dra. Aline (coordenadora Cescon), Des. Fed. José Neves (diretor NPSC) e Marcio de Oliveira Lopes. Acordo realizado pôs fim ao processo de danos morais.

O diretor do NPSC e a coordenadora do Cescon entre os prepostos e advogados da Caixa Econômica Federal que participam da Semana Nacional de Conciliação na JFES

A equipe do Cescon, Lorraine (estagiária), Vera, Rose e Maristher, com o diretor do NPSC e a coordenadora da conciliação na JFES

Conciliação na JFES "é contínua"

Em solenidade realizada nesta tarde, na sede da Seção Judiciária do Espírito Santo, que encerrou oficialmente a Semana Nacional de Conciliação no órgão, a coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon), Aline Alves de Melo Miranda Araújo, destacou que a atividade de conciliação na Seccional "é contínua", acontece toda semana na sede e, em alguns meses, também nas subseções do interior.

O diretor substituto do núcleo de conciliação da 2ª Região, desembargador federal Luiz Antonio Soares (de pé, à direita), acompanhou o último dia do mutirão, em Vitória

A juíza lembrou que a conciliação não é uma invenção brasileira. "A conciliação é um fenômeno mundial. A gente vê em outros países, na Itália, no Japão. A gente vê muito nos Estados Unidos, que têm uma literatura, uma cultura forte de conciliação". "As partes é que encontram um denominador comum que as satisfaça, para que seja possível encontrar uma solução que seja realizável", ponderou. Em seguida a magistrada leu os resultados ainda parciais, tendo em vista que a solenidade ocorreu no início da tarde e ainda seriam realizadas audiências no decorrer do dia.

"Julgar por julgar"

Ao final, Aline Alves de Melo Miranda Araújo ressaltou que a função do Poder Judiciário não é "julgar por julgar", mas sim "resolver problemas". "O nosso compromisso não é só com julgar por julgar. Julgar não é um fim em si. Nosso compromisso é resolver os problemas das pessoas, resolver problemas que já passaram por outras instâncias, outros foros, (que) outras pessoas não conseguiram resolver. Nós sabemos que nós somos a última alternativa que a pessoa tem para resolver um problema. Por mais que às vezes ela até chegue primeiro ao Poder Judiciário, não tente outra solução primeiro, a gente entende que a gravidade do tema para ela a fez procurar o Judiciário".

Bons acordos

Nós continuamos com nosso trabalho hoje, nossa semana de conciliação, e vamos continuando, abrindo essa oportunidade, esse espaço, para que as pessoas possam chegar a um acordo, resolver os problemas que estão aqui sendo objeto de processo judicial, mas sempre lembrando que é uma opção que a gente abre". "A pessoa é que sabe", finalizou, desejando "a todos bons acordos".

Falando pelos Correios/ES, que também participa da Semana Nacional de Conciliação na SJES, o consultor jurídico Marcelo Rodrigues Lanzana Ferreira lembrou que a empresa "faz essa conciliação rotineiramente durante o ano", participa de conciliações "há um bom tempo" e considerou o resultado na Semana Nacional "muito proveitoso". Ele agradeceu à Dra. Aline e ao Tribunal pela oportunidade, "que a gente sempre possa estar nessa ajuda, junto com a Justiça, que é muito importante principalmente para todos que usam os serviços dos Correios".

Satisfeito com a participação

O gerente do jurídico de Vitória da Caixa Econômica Federal, Wagner de Freitas Ramos, disse que o órgão estava satisfeito com sua participação na Semana Nacional de Conciliação. "Obtivemos um índice de mais de 80% de conciliação naqueles processos em que a Caixa atua como polo passivo, quer dizer, (em que) o cliente, insatisfeito com alguma situação vivenciada na Caixa, busca o Judiciário. E a Caixa naturalmente, a exemplo dos Correios, está aqui à espera desse cliente para conciliar, para conversar. O ideal é que esse cliente buscasse antes a Caixa. Se ele tivesse antes conversado com a Caixa, com certeza ele teria solucionado extrajudicialmente isso. Mas, como não foi possível, nós sentamos nessa semana aqui e conseguimos um percentual muito bom", reforçou.

Resultado

O resultado total da Semana Nacional de Conciliação na JFES, que realizou audiências em Vitória e em São Mateus, foi de 194 audiências, 100 acordos (que correspondem a 51,54%), que somaram valores de R$ 590.188,80. Foram atendidas 835 pessoas.

VF-Colatina/ES faz audiência por videoconferência em processo da Justiça norte-americana

A Justiça Federal capixaba, por meio da Subseção Judiciária de Colatina, viabilizou, este mês, uma audiência internacional por videoconferência.

A audiência foi designada pela Justiça estadunidense, em processo aberto por um brasileiro que ingressou com ação numa Corte com sede em Boston, com o intuito de reaver a guarda do filho, menor incapaz, levado para os Estados Unidos por sua ex-mulher.

A Corte designou, então, audiência para ouvir o autor da ação e uma testemunha, tia dele. A audiência foi designada para o dia 14/11, às 13h (horário de Brasília).

Como não houve expedição de Carta Rogatória para o Brasil, foi informado à advogada do processo que o autor poderia participar da audiência mesmo de um escritório particular, mas a comunicação deveria ser realizada por videoconferência. Uma vez que a advogada não possuía o equipamento em seu escritório, situado na cidade de São Gabriel

da Palha - ES, solicitou ajuda ao Ministério Público Federal em Colatina, a fim de verificar se eles dispunham de aparelhagem para realização da videoconferência.

O MPF, por sua vez, indicou que a advogada procurasse a vara federal colatinense, haja vista a rotineira utilização do equipamento de videoconferência nos processos em tramitação naquele juízo.

A advogada e o autor compareceram à vara no dia 13/11, véspera da audiência, solicitando tal ajuda. Prontamente, os servidores da Subseção de Colatina entraram em contato com o setor responsável pela realização de videoconferências em Vitória, solicitando informações da viabilidade de uma videoconferência internacional. A resposta positiva veio de imediato. "Passamos, então, a nos comunicar com a Corte norte-americana, a fim de iniciar a fase de testes da videoconferência", conta o técnico judiciário Luciano Tarcísio Agrizzi Altoé, que acompanhou a audiência.

No mesmo dia os testes foram realizados, permitindo a realização da audiência no dia seguinte.

Qualidade técnica

"Em 14/11, às 13h, conforme designado, iniciou-se a videoconferência com a Corte internacional, em Boston, e, com o auxílio de uma tradutora daquela Corte, a audiência foi realizada com perfeição", comemora o servidor, informando ainda que "tanto o autor quanto a testemunha por ele indicada compareceram à sala de audiências e prestaram seu depoimento com a tranquilidade que o ato exigia".

A audiência durou cerca de 03h20min e, durante todo esse tempo, houve apenas uma queda de conexão que interrompeu o depoimento do autor. O problema técnico, contudo, foi solucionado em cerca de 5 minutos e o ato prosseguiu sem quaisquer interferências. A instrução, no entanto, não se encerrou naquele dia; não devido a quaisquer falhas técnicas, mas por uma necessidade de a tradutora oficial ter de se ausentar. "Foi-me informado, então, pela juíza condutora da audiência que será designada nova data para continuidade do ato", diz Luciano.

"Pelo lado técnico, a videoconferência mostrou-se perfeita", ressalta o técnico judiciário. "Tanto o som quanto a imagem permitiram que o ato fosse realizado de maneira irrepreensível. A comunicação entre as varas era instantânea, no sentido de que não existia quase nenhum atraso entre a imagem e o som. Este dado mostra-se importante, pois facilitou sobremaneira a compreensão integral de todos os questionamentos realizados".

Entusiasmado com o feito, ele considera que a videoconferência teve "um resultado impressionante, superando todas as expectativas". "Considerando ter sido esta a primeira experiência da Vara Federal de Colatina nesse tipo de procedimento, o resultado mostra-se ainda mais satisfatório. Evidentemente, foi o esforço conjunto dos servidores americanos e brasileiros (tanto de Vitória quanto de Colatina) que proporcionaram este resultado", avalia.

Mais de 400 audiências

A realização de audiências pelo sistema de videoconferência foi regulamentada na Justiça Federal do Espírito Santo no ano passado, pela Portaria nº JFES-POR-2013/00025 de 20/03/13, assinada pelo diretor do foro da Seção Judiciária, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos.

Atualmente, todas as varas criminais de Vitória e as Subseções com competência criminal - Colatina, Linhares, São Mateus e Cachoeiro - são equipadas com o equipamento de videoconferência. Há ainda duas salas sob a responsabilidade da Seção de Videoconferências e Cartas (Sevic) do Núcleo de Distribuição (NDI), na sede da JFES, que também são utilizadas pelas varas federais, principalmente as com competência criminal, e para cumprimento de cartas precatórias.

De acordo com o supervisor da Sevic/NDI, Luiz Carlos Viana Martins, em 2013 foram agendadas 211 audiências através da ferramenta de videoconferências. Já em 2014, até hoje, foram realizadas 208 audiências pelo sistema.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº TRF2-PTP-2014/00475 de 5 de novembro de 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições e considerando o que consta no JFES-OFI-2014/10858, RESOLVE:

PRORROGAR, para o primeiro dia útil seguinte, nos termos da Resolução nº 01/2010/TRF2, os prazos processuais que, no dia **05 de dezembro de 2014**, venceriam na Seção Judiciária do Espírito Santo, tendo em vista que na referida data ocorrerá a indisponibilidade do sistema Apolo em razão de sua migração para o ambiente seguro da sala cofre.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

SERGIO SCHWAITZER
Presidente

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo

Não haverá expediente na Justiça Federal no dia **8 de dezembro** (Art. 62, IV, Lei 5.010/1966).

Confira o plantão judiciário em www.jfes.jus.br.

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo

Agentes de segurança participam de curso no Batalhão de Missões Especiais da PM

Agentes lotados no Núcleo de Segurança e Transporte (NST) da Justiça Federal do Espirito Santo (JFES) participaram nas últimas semanas de curso anual de atualização profissional, em parceria com o Batalhão de Missões Especiais da Polícia Militar do Estado.

Com duração de 10 dias, o curso contou com a participação de 40 agentes de segurança que atuam na Justiça Federal e na Guarda Portuária. O objetivo foi proporcionar uma requalificação técnica e tática dos agentes.

Solenidade

Os agentes receberam os certificados de conclusão do curso em cerimônia nesta segunda-feira, 1º de dezembro, no auditório no auditório 'Juiz Federal Luiz Eduardo Pimenta Pereira', na sede da JFES, às 15 horas, os certificados de conclusão. Presidido pelo diretor do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, o evento contou com a presença do coordenador da área de segurança da JFES, juiz federal Ronald Krüger Rodor, que também participou da abertura da primeira turma do curso. O juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha também prestigiou a solenidade, bem como representantes da Polícia Militar do Espírito Santo e da Codesa.

Conteúdo

O Curso Anual de Reciclagem foi realizado entre os dias 17 e 20 de novembro (primeira turma) e 24 e 27 de novembro (segunda turma), totalizando trinta horas por turma. O conteúdo programático foi composto pelos módulos: segurança de dignitários, ações do primeiro interventor – explosivos, ações do primeiro interventor – crises policiais e defesa pessoal. De acordo com o diretor do NST, Edilson Carlos Vidal, neste ano, pela primeira vez, o curso foi realizado em parceria com a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, através do Batalhão de Missões Especiais.

Veja a cobertura completa do evento, na próxima edição do JF Digital.

Coral da Justiça Federal comemora 5 anos com o recital 'Memórias'

O Coral da Justiça Federal, que leva o nome da instituição onde quer que se apresenta, comemorou na terça-feira, 25, em grande estilo, seus cinco anos de atividade. Criado na gestão do juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha na Direção do Foro e financiado pela Associação dos Servidores da Justiça Federal do Espírito Santo (Assejufes), o Coral coroou sua apresentação de surpresas. Teve participação especial de Vera da Mata e de Jacó da Rocha, além do percussionista Mafriedy Dutra, já conhecido daqueles que assistem às suas apresentações.

Também teve música surpresa, cantada pela emocionada maestrina Hellem Pimentel para seus coralistas e participação de vários antigos componentes. Num dos momentos mais emocionantes, alguns deles, que se encontravam na plateia, foram conduzidos pelos colegas para o palco, ao som de "Você", de Tim Maia. Aos poucos, eles encheram o espaço e ajudaram a cantar a última música da noite, "É preciso saber viver", de Roberto e Erasmo Carlos, acompanhada por palmas por todos os presentes.

Agradecimentos

O Coral agradeceu o apoio da Direção do Foro atual, na pessoa do juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, bem como dos demais magistrados e diretores que autorizam seus servidores a se ausentarem para ensaiar. Também agradeceu o apoio do Centro Cultural Justiça Federal – Núcleo de Vitória e do Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas, por incluir nos eventos por eles organizados a participação do Coral.

O recital 'Memórias' revisitou as canções interpretadas pelo grupo ao longo de sua trajetória numa noite emocionante. Na plateia, prestigiando o coral a juíza de Direito Gisele Souza, que já foi servidora da SJES, e o juiz Sergio Ricardo de Souza, diretor da ESMAGES, servidores, familiares e amigos.

O Coral da Justiça Federal é composto pelos servidores Ana Saleti Miranda Teixeira, Andrea Maria Pirola Santos, Mônica da Silva Ramos, Fabíola Bortolozo do Carmo Rocha (também pianista), Neuslene Flamier de Souza, Márcia Lopes Gomes Fanelli, Marilda Gouveia, Gina Valéria Coelho, Lilia Coelho de Carvalho, Maria da Penha Rios Martins, Magda Aparecida Chagas Pereira, Neidy Aparecida Emerick Torrezani, Sabrina Figueiredo Gini, Josélio Santos Nascimento, Paulo Augusto Michalsky e Alves, Thiagus Coelho Freitas e André Luiz Cabral Andrade.

Próxima apresentação

No dia 4 de dezembro, o Coral da Justiça Federal vai se apresentar para pacientes do Instituto de Doenças Renais (IDR) da Serra, que funciona dentro do Vitória Apart Hospital e atende 90% de pacientes do Sistema Único de Saúde. É a segunda vez que o Coral se apresentará para os pacientes e funcionários do IDR.

Depoimentos de integrantes do Coral

"**O Coral JFES está completando 5 anos. E tudo começou de forma tão espontânea!** Ainda me lembro do dia em que a servidora Fabíola compareceu ao Núcleo de Gestão de Pessoas e, em uma conversa informal com ela, eu manifestei o desejo de que pudéssemos cantar: cantar na Justiça Federal. Na mesma hora, começamos a sonhar com a formação de um coral que, a exemplo do que ocorre em outros órgãos públicos, pudesse integrar servidores e marcar a presença da Justiça Federal, interna e externamente, também em forma de arte. Logo surgiu o nome de nossa maestrina Hellem Pimentel e, com os primeiros voluntários, começamos a história do Coral da Justiça Federal. O início dessa trajetória não poderia ser marcado com música melhor do que o SYAHAMBA, que nos convidou a continuar nossa caminhada na Justiça, sob a luz de Deus, e agora também com a luz da música." (Josélio dos Santos Nascimento – Diretor do Núcleo de Gestão de Pessoas, tenor)

"Quantos benefícios nos traz o canto coral? **Coral é muito mais do que meramente cantar.** É o cantar em grupo, para aprender, de uma forma única, como a união de esforços faz diferença, para descobrir como cada integrante é essencial para alcançar os alvos comuns de uma equipe, e para entender o que é aderir à regência de um líder como se adere à liderança de um maestro. Coral é cantar para encantar os ouvidos de um público externo (talvez citar: pacientes em hemodiálise e crianças carentes, sambistas, músicos diversos e coralistas, servidores de outros órgãos que também são coralistas), que às vezes sente a Justiça Federal tão distante e, de repente, a encontra um pouco mais próxima em forma de música. É cantar para acalentar os ouvidos de um público interno, que, entre homenagens a mães, pais e servidores, recebe do coral momentos de alegria, que, apesar de breves, inspiram no servidor uma atmosfera de ânimo para prosseguir em seu relevante trabalho.E, se continuarmos a citar, serão tantos os benefícios a elogiar... Benefícios individuais e coletivos; benefícios para a voz e para a mente; benefícios para a integração entre servidores

e para o incremento de eventos diversos da Justiça Federal. De todos esses, talvez possamos eleger um especial: o benefício que a música, indiscutivelmente, tem de nos tornar mais humanos, mais sensíveis, mais carinhosos." (Neidy Aparecida Emerick Torrezani, diretora de secretaria do 2º Juizado Especial Federal, contralto)

"Ao longo desses 5 anos, o Coral da JFES participou de muitos eventos externos. Além de marcar presença nas solenidades internas e eventos, como o culto de ação de graças e as homenagens anualmente feitas a mães, pais e servidores, demos o primeiro passo e saímos dos muros da Justiça Federal, para levar seu bom nome a setores diversos da sociedade. Em julho de 2011, tivemos a emoção de cantar no palco principal do Festival de Inverno de Domingos Martins. Em 2012, cantamos em um evento cultural na Igreja do Rosário, na Prainha de Vila Velha. Além disso, fomos ao Rio de Janeiro para nos apresentar no Centro Cultural da Justiça Federal e em um renomado encontro de coros promovido no teatro do SESI pela FIRJAN. **Quanta emoção para um coral sem qualquer pretensão profissional!** Nossa caminhada externa continuou. Em 2013, participamos do Festival Internacional de Corais em Belo Horizonte/MG e também do encontro de coros promovido pelo TER-ES. Para completar nossa alegria, nos apresentamos no palco do Teatro Carlos Gomes, trazendo, juntamente com o Coral ARTES CANTO, música coral à entrega do prêmio Faisão de Ouro, um importante prêmio do carnaval capixaba. E, apesar de tão grande responsabilidade, nossa música agradou! Neste ano fomos novamente convidados para participar do Faisão de Ouro. Muito nos sentimos honrados com o convite e com os elogios que recebemos de artistas do samba capixaba. Entre estes, nossa querida cantora da terra, Vera da Mata, que gentilmente aceitou nosso convite para abrilhantar a noite de aniversário de nosso coral." (Gina Valéria Coelho, servidora do Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal/Vitória, contralto)

"Que alegria cantar neste coral! **Entrei no coral da JFES este ano, só depois de me aposentar. E como tem sido gratificante.** O coral deu continuidade a um elo que, apesar da aposentadoria, jamais seria rompido com a instituição Justiça Federal, com o serviço público que aqui exerci, com os amigos que aqui adquiri. Mas, até bem pouco tempo, eu estava do lado de lá, no público, me sentindo brindada com belas homenagens abrilhantadas pelo Coral da Justiça Federal. E pude assistir a um grupo em formação, em crescimento e em constante alteração. O espaço conquistado pelo coral na JFES contou com a contribuição de muitos colegas, que passaram pelo coral ao longo desses cinco anos. Incompatibilidade de horário, volume de trabalho, ocupações na vida pessoal, chegada de bebês na família. Foram vários os compreensíveis motivos de afastamento. Alguns, sabemos que pretendem retornar em breve. Mas cada um de vocês é parte integrante de nossa história. Por isso, dedicamos a vocês esta música." (Marilda Gouveia, servidora aposentada da JFES, contralto)

"**Toda nossa história na Justiça Federal não seria possível sem algumas colaborações especiais.** Em primeiro lugar, agradecemos à Direção do Foro, que, na pessoa do MM. Juiz Federal Dr. Ricarlos, conferiu a autorização inaugural para a criação deste grupo no ambiente da JFES, e, na pessoa do MM. Juiz Federal Dr. Fernando, conferiu apoio para que prosseguíssemos nossa jornada na JFES. Nosso especial agradecimento à ASSEJUFES, que, desde o início, compreendeu a importância da atividade coral para nossa instituição e para os servidores e assumiu a condição de patrocinadora oficial do coral da JFES. Sem a provisão fornecida pela ASSEJUFES, nosso coral não teria ido à frente. Agradecemos também ao Núcleo de Comunicação Social e ao Núcleo Regional do CCJF, que reconhecem a importância do coral e regularmente o inserem em eventos e atividades realizadas no âmbito da Seção Judiciária do Espírito Santo. Agradecemos também aos Juízes, Diretores e Supervisores que liberam seus funcionários para participar dos ensaios e apresentações do coral JFES, e assim permitem a conciliação da atividade-fim da JFES com o papel, secundário mas importante, exercido pelo coral nesta instituição. Por fim, agradecemos aos magistrados, servidores e colaboradores da Justiça Federal, que nos prestigiam com sua presença em nossas apresentações e assim nos ajudam a cumprir uma de nossas missões na JFES. A cada um de VOCÊS, o nosso MUITO OBRIGADO!" (Mônica da Silva Ramos, servidora do 2º Juizado Especial Federal, soprano)

102 alunos de educação infantil visitam a exposição "Aquarelas do Grupo Arte"

A exposição 'Aquarelas do Grupo Arte', em cartaz no foyer do auditório 'Juiz Federal Luiz Eduardo Pimenta Pereira', na sede da Seção Judiciária do Espírito Santo, recebeu a visita, na segunda-feira, dia 24, de 102 alunos do Pré, da Educação Infantil da Escola São Domingos, com idade entre 5 e 6 anos.

O pedido de visita partiu da supervisora de Educação Infantil da escola, Rita de Cássia Silva, que viu matéria publicada em jornal local e procurou a responsável pela exposição, Gina Valério Coelho, do Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal em Vitória. Segundo Rita de Cássia, os alunos "estão desenvolvendo neste mês a unidade temática 'aquarela', tendo como foco de estudo a arte plástica (obras de arte). Sabendo da exposição 'Aquarelas do Grupo Arte', ficamos interessados em levar os alunos para uma visita de estudos".

Obras coletivas

Além de visitarem a exposição, os alunos puderam tirar dúvidas sobre a técnica e mostar suas habilidades artísticas com tintas e pincéis. Eles participaram de uma aula de pintura com os artistas Cacilda Zouain e Iara Feldman, pela manhã. Na parte da tarde, Bolivar Chagas, um dos artistas da mostra, desenhou, a pedido dos alunos, avião, dragões e outros temas. Ao final da visita, as obras de arte coletivas, produzidas em conjunto por alunos e artista, foram levadas para o colégio para uma futura exposição.

Bolivar Chagas lembrou aos alunos que a aquarela é uma tinta não tóxica, o que facilita seu uso pelas crianças, além disso destacou a importância do aprendizado constante, ao falar que também tinha uma professora, Nona Rostagno, artista plástica e crítica de arte, que ensina a técnica para o grupo para os expositores.

Diferente de Van Gogh

Durante a visita, acompanhada por professoras e auxiliares do colégio, as crianças observaram que a maioria das obras era concreta e não abstrata, e que elas eram diferentes daquelas produzidas por Van Gogh, por exemplo, mostrando que já estão se acostumando com os grandes mestres da pintura.

Alguns pais, servidores da JFES, como Sergio Lima do Espírito Santo, da coordenadoria das Turmas Recursais, pai de Lara, estiveram lá corujando os pequenos.

Serviço:

A exposição "Aquarelas do Grupo Arte" ficará em cartaz até o dia 18 de dezembro e a visitação para o público externo acontece nos dias úteis, das 12 às 17h. A Justiça Federal está localizada na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória.

Angelo, 5 anos

Já pintou muita coisa. Gostou da visita e disse que "nunca tinha visto um pintor de aquarela antes nem uma exposição de aquarela".

Rafael, 6 anos

Gostou mais da caixa de correio que fez, na cor vermelha, a que mais gosta. "Eu vou jogar futebol quando crescer".

Giulia Galveas, de 5 anos

Já pintou com aquarela antes.
Achou a visita "muito legal".
Às vezes pinta em casa. Quer ser pintora, médica, professora e cantora de ópera.

Helena Nader, 6 anos

Não pintou de aquarela, mas já havia pintado com tinta antes.
Achou legal pintar.
"Vou ser pintora quando crescer.
Até falei com a minha mãe antes de vir aqui.
Gosto de pintar flor, com a minha avó".

Informativo produzido pelo Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS) - Justiça Federal do Espírito Santo
Telefone: (27) 3183-5109 - E-mail: ncs@jfes.jus.br - Site: www.jfes.jus.br
Novo projeto gráfico: Divisão Gráfica e Editorial do TRF2 (Digra)